



REGULAMENTO ELEITORAL

CONSELHO EXECUTIVO

2019/2022

Artigo 1.º

(Aprovação do regulamento do processo eleitoral)

1. O regulamento do processo eleitoral será aprovado em reunião da Comissão Executiva Provisória até 30 dias antes da realização do ato eleitoral.

Artigo 2.º

(Assembleia geral eleitoral e capacidade eleitoral)

1. A Assembleia eleitoral é composta pela totalidade do pessoal docente e não docente, em exercício efetivo de funções na escola, por representantes dos alunos do ensino secundário, bem como por representantes dos pais e encarregados de educação.
2. O pessoal docente e não docente que esteja destacado ou requisitado em outra instituição ou a gozar qualquer tipo de licença, não poderá votar.
3. O pessoal não docente em funções na escola ao abrigo de programas temporários de emprego não pode participar no ato eleitoral.
4. Os alunos são representados pelo delegado de cada turma do ensino secundário.
5. Os pais e encarregados de educação são representados pelos representantes de turma de todos os anos.

Artigo 3.º

(Organização do processo eleitoral)

1. Ao Presidente da Comissão Executiva Provisória compete a marcação da data do ato eleitoral, o início e o termo do processo eleitoral.
2. À Comissão Executiva Provisória compete e facultar aos elementos da mesa eleitoral o apoio logístico ao desempenho das suas funções.
3. À Comissão Executiva Provisória compete acompanhar a realização do processo eleitoral para o Conselho Executivo, designadamente proceder à verificação dos requisitos relativos aos candidatos e à constituição das listas, bem como ao apuramento final dos resultados da eleição.

Artigo 4.º
(Apresentação de candidaturas)

1. Os candidatos constituem-se em lista e apresentam um programa de ação.
2. Compete à Comissão Executiva Provisória receber as candidaturas e decidir, no prazo de um dia útil, da sua aceitação.
3. As candidaturas deverão ser apresentadas até oito dias antes da data estipulada para o ato eleitoral.
4. A cada lista serão impostas as letras A, B, C e sucessivamente pela ordem de entrega à Comissão Executiva Provisória.

Artigo 5.º
(Campanha eleitoral)

1. A campanha eleitoral decorrerá nos dez dias imediatamente anteriores à véspera da data marcada para o ato eleitoral, competindo ao Presidente Comissão Executiva Provisória definir a respetiva duração e calendarização.
2. Na véspera do ato eleitoral é vedada qualquer forma de campanha eleitoral.
3. Os meios da Escola disponibilizados para o efeito devem ser utilizados de forma equitativa por todas as candidaturas.

Artigo 6.º
(Cadernos eleitorais)

1. Os cadernos eleitorais encontrar-se-ão ao dispor dos interessados na Biblioteca da Escola, em data a definir pelo Presidente da Comissão Executiva Provisória.
2. Os interessados poderão reclamar da não inserção, ou da incorreta inserção, do seu nome e dos dados a si referentes e constantes dos cadernos eleitorais, no prazo de dois dias, após a sua publicitação.
3. Compete à Comissão Executiva Provisória analisar as reclamações e proceder à validação dos cadernos eleitorais.

Artigo 7.º
(Mesa de voto)

1. A urna de voto estará aberta ininterruptamente das 9 horas até às 16 horas e 30 minutos.
2. A mesa de voto localiza-se na Biblioteca da Escola.

3. A mesa de voto será constituída por um presidente, um secretário e um vogal.
4. Cada lista poderá indicar até dois representantes para acompanhar o ato eleitoral.
5. Os resultados do ato eleitoral serão transcritos na respetiva ata, a qual será assinada pelos membros da mesa eleitoral e pelos representantes de cada uma das listas concorrentes.

Artigo 8.º
(Boletim de voto)

1. O boletim de voto deverá apresentar a indicação das listas candidatas, contendo um espaço para a respetiva indicação de intenção de voto.
2. No caso de a lista ser única, o boletim deve apresentar apenas a opção referente à lista candidata.

Artigo 9.º
(Votação)

1. O reconhecimento de cada votante deverá ser feito através dos meios usuais de identificação.
2. Cada votante marcará no boletim de voto uma cruz, de forma inequívoca, no quadrado da lista em que vota.
3. O voto é presencial, direto e secreto.
4. Os boletins de voto deverão ser entregues ao presidente da mesa eleitoral, dobrados em quatro e com a face impressa voltada para dentro.

Artigo 10.º
(Boletins de voto nulos)

1. São considerados nulos os boletins de voto que:
 - a) Tenham assinalado mais do que um quadrado, ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;
 - b) Tenham qualquer corte, rasura, desenho ou palavra escrita.

Artigo 11.º
(Boletins de voto em branco)

1. São considerados em branco os boletins de voto onde não tenha sido assinalada qualquer opção.

Artigo 12.º
(Apuramento dos resultados)

1. Considera-se eleita a lista que obtenha a maioria absoluta dos votos entrados na urna.

2. Quando, nos termos do ponto anterior, nenhuma lista sair vencedora, realiza-se um segundo escrutínio entre as duas listas mais votadas, no prazo máximo de 10 dias úteis, sendo então considerada eleita a lista que reunir maior número de votos entrados nas urnas.
3. Os resultados do ato eleitoral serão transcritos na respetiva ata, a qual será assinada pelos membros da mesa eleitoral e pelos representantes de cada uma das listas concorrentes.
4. Os resultados do processo eleitoral produzem efeitos cinco dias após comunicação à Diretora Regional de Educação.

Artigo 13.º
(Reclamações e impugnação)

1. Compete à Comissão Executiva Provisória receber e apreciar reclamações e pedidos de impugnação que a ela deverão ser dirigidos até dois dias úteis após o ato eleitoral, decidindo no prazo de um dia útil.

Artigo 14.º
(Recurso)

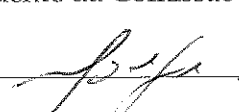
1. Das decisões referidas no artigo anterior ou de outras relativas ao processo eleitoral poderá haver recurso para a Diretora Regional de Educação.

Artigo 15.º
(Disposições finais)

1. Os casos omissos serão resolvidos em obediência à Lei e aos princípios gerais do Direito.

Aprovado em reunião de Comissão Executiva Provisória a 23 de abril de 2019

O Presidente da Comissão Executiva Provisória


(Jorge Humberto Silva)

